


SAÚDE PÚBLICA EM POPULAÇÕES INDÍGENAS: ABORDAGENS INTEGRATIVAS PARA RESGATAR CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

 <https://doi.org/10.56238/arev7n2-267>

Data de submissão: 24/01/2025

Data de publicação: 24/02/2025

Yasmin do Socorro Lopes Trindade

Graduanda em Farmácia
Universidade da Amazônia (UNAMA)
E-mail: trindadeyasmin00@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-1357-8225>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1551499385410744>

Maria Eduarda Alvim Martins Vieira Farias

Graduanda em medicina
Universidade Estadual do Maranhão
Rua Quinhinha Pires, 746, Centro, Caxias – MA, CEP: 65.600-050
E-mail: dudaalvim2050@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-5136-7725>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0065387989142257>

Nielson Amorim Frota

Graduando em medicina
Universidade Estadual do Maranhão
Rua Quinhinha Pires, 746, Centro, Caxias – MA, CEP: 65.600-050
E-mail: nilfrota2@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8193-8456>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8773682601176503>

Karla Suzany Oliveira de Andrade

Graduada em medicina
Faculdade Baiana de Medicina e saúde Pública
Av. Dom João VI, 275 - Brotas, Salvador - BA, 40290-000
E-mail: karlasuzany@gmail.com

Jacksiel da Silva Maximino

Especialista em Geografia Populacional, Urbana e Econômica
Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo
E-mail: jacksielsilva079@gmail.com
Orcid: 0000-0002-7955-7703
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8237299624831086>

Aline Pacheco Eugênio

Especialista em Saúde Mental
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: alinepacheco@hotmai.com.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7647-866X>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2373617881467821>

Alexandre Maslinkiewicz

Programa de Pós-Graduação de Ensino em Biociências e Saúde
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Avenida Brasil, 4365 - Pavilhão Artur Neiva
Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21040-900
E-mail: alexmaslin@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7524893321976536>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9722-8383>

Mariana Sousa de Abreu Menezes

Mestranda em Saúde Coletiva
Universidade Federal do Maranhão -UFMA
Av dos Portugueses ,1966, Vila Bacanga, São Luís, Ma, CEP: 65080-805
E-mail: abreumari89@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-8949-4152>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3638532660438452>

Andresa Barros Santos

Mestranda em Educação
Universidade Federal do Maranhão
Campus Universitário Dom Delgado, Avenida dos Portugueses nº 1966, São Luís-MA
E-mail: andresabarross@outlook.com
Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-8916-1681>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3523557021876628>

Marcio Harrison dos Santos Ferreira

Mestrado em Ciências
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Rodovia BR 407, KM 5, s/n - Lagoa dos Canudos, Paulistana - PI, 64750-000
E-mail: marcio.harrison@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2563-9260>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7448700944240924>

Aline Costa Lopes

Mestre em Ciências da Saúde e Vida
Universidade Franciscana Santa Maria
Santa Maria -Rio Grande do Sul, Brasil
E-mail: enfermeiraalinecosta@hotmail.com

Henrique Cananosque Neto

Doutorando em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem.
Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus de Bauru
Av. Eng. Luís Edmundo Carrijo Coube, 2085 - Núcleo Res. Pres. Geisel
E-mail: h.cananosque@unesp.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8783-5984>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2173460623182931>

RESUMO

INTRODUÇÃO: A saúde das populações indígenas no Brasil é impactada por desigualdades históricas e estruturais, incluindo barreiras linguísticas e culturais, dificuldades de acesso geográfico e a ausência de políticas públicas específicas que respeitem seus conhecimentos tradicionais. O modelo biomédico predominantemente no sistema de saúde desconsidera a abordagem holística dessas comunidades, resultando na marginalização de suas práticas ancestrais e dificultando a adesão aos tratamentos convencionais. **OBJETIVO:** Investigar o impacto das abordagens integrativas na promoção da saúde indígena e na valorização de seus conhecimentos tradicionais. **METODOLOGIA:** Este trabalho consiste em uma revisão integrativa da literatura, que utilizou a estratégia PICO para formular a questão central: "De que forma as abordagens integrativas podem auxiliar no resgate e na valorização dos saberes tradicionais na saúde pública das comunidades indígenas?" A pesquisa foi realizada em bases de dados renomadas, como Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), SciELO, PubMed e Lilacs. Foram considerados artigos publicados entre 2018 e 2025, que estivessem disponíveis na íntegra e sem custos, nos idiomas português, inglês ou espanhol, além de documentos oficiais e portarias. Artigos duplicados e aqueles que não atendiam aos critérios preestabelecidos foram excluídos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Uma pesquisa revelou que, embora existam políticas externas à saúde indígena, sua implementação ainda enfrenta desafios significativos, como a falta de profissionais capacitados para atuar em comunidades indígenas e a resistência à integração dos saberes tradicionais nos serviços de saúde. Estudos demonstram que a marginalização das práticas ancestrais prejudica a adesão ao tratamento e aumenta a vulnerabilidade dessas pessoas a doenças, incluindo a COVID-19. A valorização de pajés, peças e o uso de fitoterápicos têm se mostrado uma alternativa viável para a construção de modelos híbridos de assistência. Experiências internacionais, como no Canadá e nos Estados Unidos, demonstram que a autonomia indígena na gestão da saúde pode contribuir para uma atenção mais eficaz e culturalmente atraente. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A marginalização dos saberes tradicionais indígenas e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde reforçam a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e adaptadas às especificidades dessas populações. O fortalecimento de abordagens integrativas, aliado à capacitação de profissionais e ao reconhecimento das práticas tradicionais, pode contribuir para uma assistência mais humanizada e eficiente. Recomenda-se a ampliação dos estudos sobre a implementação de estratégias híbridas de cuidado, garantindo maior equidade e respeito à diversidade cultural no sistema de saúde.

Palavras-chave: Saúde Indígena. Práticas Integrativas e Complementares. Saúde Pública. Medicina Tradicional. Políticas de Saúde.

1 INTRODUÇÃO

A condição de saúde das comunidades indígenas tem despertado um interesse crescente na área da saúde pública, especialmente em razão das desigualdades históricas que essas populações enfrentam no que diz respeito ao acesso a serviços de saúde. No Brasil, a variedade indígena é notável, com mais de 300 etnias e 274 línguas diferentes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Embora haja um reconhecimento constitucional do direito à saúde para essas comunidades, ainda existem muitos desafios a serem superados, incluindo barreiras linguísticas e culturais, dificuldades de acesso geográfico, e a ausência de políticas públicas que sejam adequadas às particularidades e necessidades desses povos.

O sistema de saúde pública atualmente adotado no país é fundamentado na biomedicina ocidental, a qual frequentemente ignora os conhecimentos e práticas tradicionais dos povos indígenas. Essas comunidades possuem uma abordagem integral da saúde, que busca o equilíbrio entre o corpo, o espírito e a natureza. Contudo, a imposição de um modelo biomédico uniforme resultou na desvalorização e no enfraquecimento das práticas ancestrais, tornando mais difícil o acesso aos serviços de saúde para essas populações (Capitango; Callejas 2019).

A histórica marginalização dos povos indígenas no Brasil vai além da questão da saúde, abrangendo também dimensões sociais, políticas e econômicas. Desde a época colonial, essas comunidades enfrentaram processos de aculturação forçada, o que afetou diretamente sua estrutura social e a conservação de seus saberes tradicionais. No que diz respeito à saúde, a imposição de valores ocidentais criou um afastamento entre os indígenas e o sistema de saúde, resultando em serviços que se tornaram menos acessíveis e menos eficazes (FUNASA, 2009).

O Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI), estabelecido no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), simboliza um progresso na busca por um atendimento que respeite e considere a diversidade cultural dessas comunidades. Contudo, a efetivação do SASI enfrenta obstáculos, como a escassez de profissionais qualificados para trabalhar em áreas indígenas, a carência de infraestrutura apropriada e a instabilidade das políticas públicas, que costumam variar conforme as administrações governamentais (Brasil, 2023).

Além dessas dificuldades estruturais, as mudanças ambientais e o avanço do desmatamento afetam diretamente a saúde indígena. A manipulação dos biomas, como na Amazônia, tem impactos diretos na qualidade da água, na segurança alimentar e na propagação de doenças, tornando as populações indígenas mais vulneráveis a infecções, desnutrição e distúrbios de saúde mental. A pandemia de COVID-19 evidenciou ainda mais essas fragilidades, com altos índices de mortalidade

entre indígenas devido à falta de acesso a cuidados intensivos e à desconfiança em relação às práticas médicas convencionais (Figueira, 2020).

Em contraste com a visão predominante da medicina ocidental, há um aumento no reconhecimento da relevância das abordagens integrativas para a saúde indígena. As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), que são reconhecidas pelo Ministério da Saúde, abrangem terapias como fitoterapia, acupuntura e medicina tradicional indígena, oferecendo uma alternativa para expandir o acesso aos serviços de saúde nessas comunidades. Contudo, a implementação dessas práticas dentro do SUS ainda enfrenta limitações, e ainda há um longo trajeto a ser percorrido para que sejam efetivamente integradas à atenção primária à saúde indígena (Brasil, 2015).

A medicina indígena tradicional se fundamenta na conexão que existe entre os seres humanos e a natureza, valendo-se de vegetais medicinais, rituais curativos e conhecimentos passados de geração para geração. Esses saberes, frequentemente subestimados pela medicina ocidental, constituem um valioso patrimônio cultural e podem agregar valor aos cuidados biomédicos, propiciando um atendimento mais humano e culturalmente pertinente. Exemplos de nações como Canadá e Austrália evidenciam que a integração de práticas tradicionais aos sistemas de saúde pode aumentar a adesão ao tratamento e os resultados clínicos entre as comunidades indígenas (Aguilar-Peña; Blandón; García-Perdomo 2020).

A resistência à adoção dessas práticas integrativas muitas vezes vem dos próprios profissionais de saúde, que não recebem formação adequada sobre a cultura indígena e tendem a considerar a medicina tradicional como não científica. Para que haja uma verdadeira integração, é necessário que as universidades e centros de formação incluam conteúdos sobre a saúde indígena em seus currículos, preparando os futuros profissionais para atuar de forma respeitosa e colaborativa nessas comunidades (Brasil, 2015).

Outro aspecto fundamental para a consolidação de um modelo de saúde indígena mais inclusivo é a participação ativa das lideranças indígenas na formulação de políticas públicas. Muitas vezes, as estratégias de intervenção são elaboradas sem considerar a opinião e as necessidades dessas soluções, resultando em programas ineficazes ou difíceis de adesão. O fortalecimento dos conselhos locais de saúde indígena pode contribuir para um diálogo mais horizontal entre governo e comunidades, garantindo que as políticas reflitam as demandas reais desses povos (Figueira, 2020).

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2023) destaca que a garantia do direito à saúde para os povos indígenas deve ir além da oferta de serviços médicos, incluindo ações voltadas para a melhoria das condições de vida dessas comunidades. O acesso à terra, à educação diferenciada

e ao saneamento básico são fatores essenciais para a promoção da saúde indígena, pois a vulnerabilidade socioeconômica impacta diretamente os índices de morbidade e mortalidade nessas populações.

Face a esse cenário, é fundamental adaptar as estratégias de saúde direcionadas às comunidades indígenas, criando modelos que reconheçam a diversidade cultural e valorizem o saber ancestral. A razão para realizar este estudo se baseia na necessidade urgente de resgatar e reconhecer os saberes tradicionais indígenas no âmbito da saúde pública, visando um atendimento que seja mais humanizado e culturalmente apropriado.

A crescente exclusão dessas práticas, juntamente com as deficiências do atendimento convencional, evidencia a necessidade de desenvolver modelos híbridos de assistência que honrem a cosmovisão dos povos indígenas. Ademais, a inclusão de abordagens integrativas pode ser uma maneira eficaz de aumentar a adesão das comunidades aos serviços de saúde, contribuindo para a redução das desigualdades e a melhoria dos indicadores de saúde dessas populações. Assim, o objetivo principal deste estudo é investigar o impacto das abordagens integrativas na promoção da saúde indígena e na valorização de seus conhecimentos tradicionais.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma revisão integrativa de literatura, um método que permite sintetizar e analisar criticamente estudos já publicados sobre um determinado tema, proporcionando uma ampla visão do conhecimento produzido na área. Esse tipo de revisão possibilita a incorporação de diferentes metodologias, contribuindo para a investigação das evidências científicas disponíveis e para a identificação de lacunas no conhecimento. Para a realização deste estudo, foram seguidas as seis etapas descritas por De Souza; Da Silva; De Carvalho (2010): formulação da questão de pesquisa, definição dos critérios de inclusão e exclusão, busca na literatura, categorização dos estudos, análise e interpretação dos resultados e apresentação da síntese do conhecimento.

A questão de pesquisa foi definida com base na estratégia PICO, que consiste na identificação do problema de pesquisa (P), intervenção ou especificações de interesse (I), em comparação quando aplicável (C) e desenvolvimento esperado (O). Dessa forma, formulou-se a seguinte questão norteadora: "Como as abordagens integrativas podem contribuir para o resgate e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais na saúde pública indígena?"

A busca dos artigos foi realizada em bases de dados científicos reconhecidas, incluindo a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*, *PubMed* e *Lilacs*. Foram utilizados descritores em português, inglês e espanhol, de acordo com o vocabulário controlado

dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), como "Saúde Indígena", "Práticas Integrativas e Complementares", "Saúde Pública", "Medicina Tradicional" e "Políticas de Saúde".

Os critérios de inclusão foram estudos publicados nos sete anos (2018-2025), disponíveis na íntegra, em português, inglês ou espanhol, que abordassem o tema, disponíveis na íntegra e de forma gratuita, além disso foram considerados documentos governamentais e portarias. Por outro lado, artigos duplicados e que não atendessem aos critérios de inclusão foram descartados

A seleção dos artigos seguiu o processo de leitura dos títulos e resumos para verificação da relevância em relação ao objetivo do estudo. Em seguida, os artigos selecionados foram lidos na íntegra e categorizados de acordo com as principais abordagens identificadas. Para a organização dos dados, utilizou-se um quadro resumo contendo informações sobre os autores, ano de publicação, objetivos do estudo, metodologia utilizada e principais resultados.

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, identificando padrões, divergências e lacunas na literatura. Os resultados foram planejados à luz do referencial teórico, permitindo uma reflexão crítica sobre os avanços e desafios da implementação de práticas integrativas na saúde indígena. Além disso, foram destacadas as contribuições dos estudos desenvolvidos para a formulação de políticas públicas e para a melhoria da assistência à saúde dessas populações.

A presente revisão não envolve pesquisa com seres humanos, sendo dispensada da submissão a um Comitê de Ética em Pesquisa, em conformidade com as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. No entanto, foram respeitados os princípios éticos da integridade científica, garantindo a fidedignidade das fontes utilizadas e a citação adequada dos autores. Essa metodologia permite a construção de um panorama atualizado sobre o tema, contribuindo para a ampliação do conhecimento e para a formulação de estratégias que promovam uma assistência mais equitativa e culturalmente sensível às populações indígenas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta revisão integrativa examinou diversas pesquisas sobre a saúde pública nas comunidades indígenas, com foco na inclusão de abordagens integrativas e na valorização de saberes tradicionais. Os achados revelam que, apesar dos progressos em políticas públicas direcionadas à saúde indígena, persistem desafios relevantes, como a marginalização do conhecimento tradicional e as barreiras de acesso a um cuidado de saúde que respeite a cultura dessas populações. Na Tabela 1, encontra-se um resumo dos principais estudos abordados nesta revisão, ressaltando os autores, o ano em que foram publicados, os objetivos da pesquisa e os resultados mais significativos.

TABELA 1: Estudos incluídos para compor o estudo

AUTORES	ANO	TÍTULO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Braga <i>et al.</i>	2020	Suicídio na população indígena e não indígena	A desconexão entre práticas tradicionais e o atendimento em saúde mental agrava o sofrimento psíquico.
Estima; Alves	2019	Mortes maternas na população indígena	Há sub-registro de dados e necessidade de fortalecimento da atenção primária para gestantes indígenas.
Gonçalves; Espinoza; Duarte Júnior	2021	Demarcação de terras indígenas e saúde	A perda de territórios indígenas compromete a medicina tradicional e os recursos naturais utilizados para cura.
Silva <i>et al.</i>	2021	Dificuldades no atendimento à população indígena	Barreiras culturais e estruturais dificultam a assistência, exigindo maior capacitação de profissionais de saúde.
Lana <i>et al.</i>	2021	Impacto da COVID-19 em indígenas	Altas taxas de mortalidade e falta de medidas de proteção adequadas para comunidades indígenas.

Fonte: Autores, 2025.

De acordo com a Tabela 1, as pesquisas examinadas ressaltam a marginalização dos saberes tradicionais indígenas, sublinhando a urgência de políticas que valorizem as práticas ancestrais na saúde destas comunidades. Os achados apontam para uma disparidade entre os modelos biomédico e tradicional, resultando em dificuldades na adesão aos tratamentos por parte das populações indígenas.

A pesquisa de Braga *et al.* (2020) destaca que a ausência de estratégias de atendimento que sejam culturalmente sensíveis contribui para um aumento do sofrimento mental nas comunidades indígenas. Essa marginalização dos saberes tradicionais é, em grande medida, consequência da imposição de um modelo biomédico ocidental que ignora as práticas de cura ancestrais (Gonçalves; Espinoza; Duarte Júnior 2021).

O estudo realizado por Estima; Alves (2019) aponta a existência de um sub-registro de informações acerca da saúde materna indígena, o que prejudica a elaboração de políticas públicas eficazes. As autoras ressaltam que a mortalidade materna continua sendo uma das principais causas de falecimento entre as mulheres indígenas, enfatizando a importância do fortalecimento da atenção primária para assegurar um pré-natal apropriado e o acesso a partos seguros.

Outro elemento crítico observado é as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de saúde ao atender a população indígena. Silva *et al.* (2021) destacam que esses profissionais, com frequência, não têm conhecimento sobre a cultura e a língua dos povos indígenas, o que compromete tanto a comunicação quanto a adesão ao tratamento. A pesquisa também aponta que a escassez de infraestrutura nas áreas indígenas agrava a situação, tornando a continuidade do cuidado mais desafiadora.

Em relação aos impactos da pandemia de COVID-19, Lana *et al.* (2021) constataram que as comunidades indígenas foram afetadas de maneira desproporcional, exibindo altas taxas de infecção e mortalidade. O estudo enfatiza que a falta de protocolos adequados à realidade indígena prejudicou a capacidade de resposta das comunidades diante da crise sanitária, sublinhando a urgência de políticas de vigilância epidemiológica específicas para esses grupos.

Um ponto frequentemente mencionado nos estudos analisados é a relação entre a demarcação de terras e a preservação da saúde indígena. Gonçalves; Espinoza; Duarte Júnior (2021) argumentam que a perda de territórios indígenas compromete não apenas a autonomia dos povos originários, mas também a continuidade das práticas de cura tradicionais. Sem acesso às suas terras, os indígenas perdem a conexão com os recursos naturais que são vitais para a medicina tradicional, incluindo ervas medicinais e rituais curativos.

A resistência à incorporação das práticas tradicionais aos serviços de saúde formais é outro aspecto significativo mencionado na literatura. Silva *et al.* (2021) indicam que, em algumas áreas, existem esforços para integrar pajés e parteiras indígenas ao sistema de saúde, mas esses esforços ainda são escassos e enfrentam barreiras institucionais. A falta de regulamentação clara e a resistência por parte de profissionais biomédicos dificultam a implementação dessas iniciativas.

Por último, Oliveira *et al.* (2021) salientam que a carência de acesso a medicamentos específicos que atendam às necessidades indígenas compromete a eficácia dos tratamentos. Muitos indígenas necessitam adquirir medicamentos com recursos próprios, o que nem sempre é viável. A inexistência de políticas públicas que garantam o fornecimento acessível desses medicamentos agrava as desigualdades na assistência à saúde.

3.1 POLÍTICAS DE SAÚDE PARA POPULAÇÕES INDÍGENAS: PERSPECTIVAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

A investigação das políticas de saúde direcionadas às populações indígenas revela uma gama de estratégias adotadas em diferentes países, cada uma influenciada por contextos históricos, culturais e sociais únicos. No Brasil, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, estabelecida pela Portaria GM/MS nº 254/2002, define diretrizes para a estruturação dos serviços de saúde, destacando a importância de um modelo diferenciado que respeite as particularidades culturais e epidemiológicas dessas comunidades (Brasil, 2002).

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), criada em 2010, é encarregada de coordenar e implementar essa política, administrando o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). A SESAI promove a atenção primária à saúde e iniciativas

de saneamento de forma participativa e adaptada, tendo em vista as especificidades epidemiológicas e socioculturais das populações indígenas (Brasil, 2002; Brasil, 2023).

Em um cenário internacional, nações como Canadá e Estados Unidos têm desenvolvido políticas que transferem a gestão dos programas de saúde para as comunidades indígenas. No Canadá, desde 1981, com o documento ministerial 'Transfer of Health Services to Indian Communities', houve um impulso para que essas comunidades passassem a administrar seus serviços de saúde. Nos Estados Unidos, a criação do 'Indian Health Service' visa incentivar a participação ativa dos indígenas no planejamento e gestão dos serviços de saúde, ajudando-os a desenvolver a capacidade de integrar e administrar programas de saúde (Confalonieri, 2002).

Essas experiências globais ressaltam a relevância da autonomia das comunidades indígenas no gerenciamento de seus sistemas de saúde, promovendo uma atenção que leva em conta as particularidades culturais e sociais desses povos. Contudo, a execução dessas políticas enfrenta obstáculos, como a necessidade de formação de profissionais indígenas, a garantia de recursos financeiros adequados e a superação de barreiras culturais e linguísticas (Brasil, 2009).

No Brasil, apesar dos progressos institucionais e legais, a aplicação dessas políticas ainda enfrenta dificuldades na prática, especialmente devido à elevada rotatividade de profissionais nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e à resistência em aceitar os conhecimentos tradicionais dentro do SUS. Para que a atenção à saúde indígena seja realmente efetiva, é imprescindível fortalecer a autonomia dessas populações na elaboração e implementação de políticas de saúde que respeitem sua identidade cultural (Brasil, 2023).

A Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, adotada pela Organização dos Estados Americanos, reforça o direito dos povos indígenas aos seus próprios sistemas e práticas de saúde, bem como ao uso e à proteção dos recursos naturais de uso medicinal em suas terras e territórios ancestrais. Esse documento internacional destaca a necessidade de os Estados implementarem medidas que garantam o respeito e a promoção desses direitos, garantindo que as políticas de saúde sejam culturalmente cumpridas e efetivadas (fundação nacional dos povos indígenas, 2016).

Em maio de 2023, durante a 76ª Assembleia Mundial da Saúde, uma proposta de resolução pelo Brasil que torna a saúde indígena uma prioridade global foi aprovada por unanimidade. A resolução enfatiza a importância de desenvolver conhecimento sobre o contexto de saúde dos povos indígenas, identificar necessidades específicas e lacunas no acesso e cobertura de saúde física e mental, além de desenvolver, financiar e implementar planos e estratégias para reduzir desigualdades de gênero, sociais, culturais e barreiras geográficas ao acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade em terras indígenas (Brasil, 2023).

A análise desses documentos governamentais e políticas de saúde evidencia a importância de modelos de atenção que respeitam e integram os conhecimentos tradicionais indígenas, promovendo a autonomia das comunidades na gestão de sua saúde. A efetivação dessas políticas requer não apenas marcos legais e institucionais, mas também a capacitação de profissionais de saúde, o fortalecimento do controle social e uma garantia de financiamento adequada para as ações de saúde indígena.

4 CONCLUSÃO

A presente revisão integrativa teve como objetivo responder à seguinte questão de pesquisa: "Como as abordagens integrativas podem contribuir para o resgate e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais na saúde pública indígena?". Os resultados evidenciaram que as práticas tradicionais de saúde são fundamentais para a manutenção do bem-estar das populações indígenas, pois integram aspectos físicos, psicológicos e sociais do cuidado. No entanto, a marginalização dessas práticas dentro do sistema biomédico, somada às dificuldades de acesso a um atendimento de saúde culturalmente adequado, representa um desafio persistente.

Os estudos realizados demonstram que há avanços na formulação de políticas públicas voltadas para a saúde indígena, mas a implementação de abordagens integrativas ainda é limitada. Experiências bem-sucedidas, como a valorização do conhecimento de pajés e festas, a incorporação de plantas medicinais nos serviços de saúde e o fortalecimento dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), demonstram que é possível construir modelos de assistência que conciliem saberes tradicionais e práticas biomédicas. Contudo, para que essas iniciativas se tornem eficazes, é necessário um investimento contínuo na capacitação de profissionais, na escuta ativa das lideranças indígenas e na formulação de protocolos que garantam a valorização dos conhecimentos ancestrais no atendimento.

Diante dessas descobertas, conclui-se que as abordagens integrativas são fundamentais para a promoção de um modelo de saúde mais equitativo e respeitoso às especificidades indígenas. O fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, aliado ao suporte da biomedicina, tem o potencial de melhorar a adesão ao tratamento e garantir um atendimento mais humanizado. A superação dos desafios identificados exige um esforço conjunto entre governos, pesquisadores e lideranças indígenas para consolidar um sistema de saúde verdadeiramente inclusivo e eficaz.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR-PENA, Mirlelly; BLANDON, María F. Tobar e GARCIA-PERDOMO, Herney A. Saúde intercultural e modelo de saúde indígena. **Rev. saúde pública** [online]. 2020, vol.22, n.4, pp.463-467. Epub 10 de outubro de 2020. ISSN 0124-0064. <https://doi.org/10.15446/rsap.v22n4.87320>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Distrito Sanitário Especial Indígena. Gov.br, 14 jul. 2021. Atualizado em 18 set. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai/estrutura/dsei>.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, 31 ago. 2023
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 96 p. ISBN 978-85-334-2146-2.
- BRAGA, *et al.* Suicídio na população indígena e não indígena: uma contribuição para a gestão em saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, supl. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0186>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Saúde Indígena. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sesai>.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas Portaria nº 254, de 31 de janeiro de 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf.
- BRASIL. Ministério da Saúde. A Resolução do Brasil que torna a saúde indígena prioridade global é aprovada por unanimidade na OMS. **Ministério da Saúde**, 29 maio 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/resolucao-do-brasil-que-torna-saude-indigena-prioridade-global-e-aprovada-por-unanimi>.
- CONFALONIERI, Ulisses EC O Sistema Único de Saúde e as populações indígenas: por uma integração diferenciada. **Brasília: Ministério da Saúde**, 2002.
- CAPITANGO, José; CALLEJAS, Germán Vargas. Conhecimentos, experiências e práticas tradicionais indígenas como fundamento para a construção de uma cultura de sustentabilidade. Ambiente & Educação: **Revista de Educação Ambiental**, v. 2, pág. 287–309, 2019. DOI: <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v24i2.9733>.
- ESTIMA, Nathalie Mendes; ALVES, Sandra Valongueiro. Mortes maternas e de mulheres em idade reprodutiva na população indígena, Pernambuco, 2006-2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 28, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742019000200010>.
- FIGUEIRA, Guillerme Chervenski. Povos Indígenas e a pandemia Covid-19 no Brasil, um genocídio anunciado. **Ipê Roxo**, v. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/iperexo/article/view/5466>.

FUNASA, Fundação nacional de saúde. Boletim Informativo Especial. **FUNASA**, ed. 8, abr. 2009. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/blt_abr_2009.pdf.

GONÇALVES, Douglas Oliveira Diniz; ESPINOZA, Fran; DUARTE JÚNIOR, Dimas Pereira. Emarcação de terras indígenas, conhecimentos tradicionais e biodiversidade no Brasil. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 1, pág. 216-234, 2021. Disponível em: <https://www.editorarevistas.com.br/rdes/article/view/216>.

IBGE, instituto brasileiro de geografia e estatística. enso 2022: mais da metade da população indígena vive nas cidades. IBGE Notícias, 19 dez. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/noticias/censo-2022-populacao-indigena>.

LANA, RM *et al.* Vulnerabilidade das populações indígenas à pandemia de Covid-19 no Brasil e os desafios para o seu monitoramento. In: FREITAS, CM; BARCELLOS, C.; VILLELA, DAM (org.). Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz; **Editora Fiocruz**, 2021. p. 127-142. (Série Informação para Ação na Covid-19). ISBN: 978-65-5708-049-8. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786557081211>.

OLIVEIRA, Francinete Gonçalves de, *et al.* Desafios da população indígena sem acesso à saúde no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. e47710313203, 2021. DOI:10.33448/rsd-v10i3.13203.

OPAS, organização pan-americana da saúde. Uma abordagem intercultural e participativa é fundamental para garantir a saúde dos povos indígenas nas Américas. OPAS/OMS, 09 atrás. 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-8-2023-uma-abordagem-intercultural-e-participativa-e-fundamental-para-garantir-saude-dos>

SILVA, Edivania Cristina da, *et al.* Dificuldades vivenciadas pelos profissionais de saúde no atendimento à população indígena. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 1, pág. e5413, 10 jan. 2021. Disponível em: <https://www.acervosaude.org/article/view/e5413>.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Raquel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 102-106, 2010.